

# Conversando sobre sexualidade com portadores de deficiência mental<sup>1</sup>

Marcos Ribeiro de Melo<sup>2</sup>

## Introdução

Datam do final do século XIX as primeiras preocupações educativas de médicos-higienistas brasileiros em pensar uma educação escolar que contemplasse a questão sexual, como afirma Gondra (2000) ao analisar algumas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atualmente a Educação Sexual<sup>3</sup>, apesar de estar contemplada nos PCNs<sup>4</sup> como parte integrante dos temas transversais, parece ainda não encontrar uma efetiva concretização no espaço escolar. Isto não nega a existência de

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação de um capítulo da Dissertação de Mestrado do autor, intitulada *Educação sexual de deficientes mentais: experiências de professoras do ensino fundamental em Aracaju*, sob a orientada pela Profa. Dra. Maria Stela Maria Stela Araújo de Albuquerque Bergo e defendida junto ao Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe em 30 de julho de 2004.

<sup>2</sup> Mestre em Educação (UFS). Professor Assistente do Núcleo de Educação da Universidade Federal de Sergipe/Campus Itabaiana. E-mail: marcosribeiro@ufs.br.

<sup>3</sup> Optou-se pela utilização do termo *Educação Sexual* por ele não se limitar às intervenções institucionalizadas como é o caso da *Orientação Sexual*, pois a educação sexual “trata de processos culturais contínuos desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade”. (MARÇAL RIBEIRO apud FREITAS, 1996, p.30)

<sup>4</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais

uma educação sexual informal<sup>5</sup> que ocorre nas salas e corredores escolares. De fato presencia-se uma negligência nas classes regulares de ensino no que diz respeito a este tema, entretanto não podemos desconsiderar o avanço que as propostas dos PCNs trazem com o arrefecimento de idéias “biologizantes” e moralistas, dando espaço à compreensão da sexualidade como fenômeno complexo<sup>6</sup> e de uma educação sexual não diretiva, coletiva, sem caráter psicoterapêutico ou de aconselhamento, que tem como principais eixos de discussão o corpo, as relações de gênero e a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

A Educação Sexual, pautada nos PCNs, para os portadores de necessidades especiais, fica limitada à clientela que tem possibilidade de frequentar salas regulares de ensino, e que, portanto, não possuem comprometimentos cognitivos graves, e cujo ajustamento social é adequado a esse tipo de intervenção. Não há, no documento analisado (BRASIL, 1998), menção sobre o trabalho em classes especiais<sup>7</sup>, assim como há uma ausência de direcionamentos com relação a prática do professor para lidar com a realidade desses alunos. A assessoria de profissionais especializados para prestarem orientação aos professores e alunos PNEE parece imprescindível. Todavia,

---

<sup>5</sup> Segundo Werebe (1977) esta *educação sexual informal* traz como principal problema a falta de percepção do professor da sua ação educativa. Neste sentido, a falta de informação, ou a limitação a ela, torna-se uma fonte de informação.

<sup>6</sup> O conceito de sexualidade, vinculado pela proposta, procura considerar todas as suas dimensões: “a biológica, a psíquica e a sócio-cultural, além de suas implicações políticas”. (BRASIL, 1998, p. 295)

<sup>7</sup> Para alguns leitores pode parecer retrógrado observar no discurso a insistência de trabalhos em classes especiais, já que a palavra de ordem dentro da Educação Especial, no momento, é a *Inclusão Escolar*. Essa preocupação todavia se justifica na medida em que, no ano em que a pesquisa foi realizada (2003), o número de classes inclusivas com pessoas portadoras de deficiência mental, na rede estadual de ensino em Aracaju, ainda era bastante pequeno, encontrando-se grande parte dos alunos deficientes mentais nas classes especiais.

pelo menos na realidade cotidiana das escolas públicas estaduais na cidade de Aracaju, percebe-se não ser tão simples poder contar com o auxílio de profissionais dessa natureza. Diante desta situação nos perguntamos sobre que tipo de estratégia pedagógica vem sendo efetivada pelas professoras quando estas se deparam com manifestações sexuais de alunos PNEE.

Este artigo relata os resultados de uma pesquisa já concluída junto a uma amostragem de professoras de escolas da rede estadual de ensino na cidade de Aracaju. Delimitou-se como seu principal objetivo a análise dos conteúdos da forma de intervenção mais citada pelas professoras entrevistadas, as conversas. Os relatos das professoras sobre suas “conversas” foram analisados com o objetivo de compreender melhor qual é o tipo de Educação Sexual que está sendo efetivada nas salas de aula freqüentadas por alunos deficientes mentais, assim como examinar as idéias que são sustentadas nos discursos em questão.

Cabe ressaltar que há uma preocupação crescente de vários pesquisadores brasileiros em estudar a educação sexual do deficiente mental. Lipp (1986), Assumpção e Sprovieri (1987), Dall’Alba (1992), Glat e Freitas (1996), Freitas (1996), Moreira (1998), Ribeiro (1995) e Denari (1997) são nomes que expressam a relevância do tema num momento em que emerge no cenário educacional nacional a questão da inclusão escolar. Questão que não remete apenas à garantia ao direito que o deficiente tem de freqüentar a sala de aula regular, mas de também assegurar o direito à vida afetiva e sexual, esferas da existência humana.

## Método

### Participantes

Foram entrevistadas 21 (vinte e uma) professoras (denominadas S1, S2, S3, S4, S5...S21) que lecionavam em classes especiais ou classes regulares onde foram implantados programas de inclu-

são, da rede estadual de ensino de Aracaju. O tempo de contato profissional das professoras com a educação especial variou de 1 (um) a 22 (vinte e dois) anos e a idade das entrevistadas variou entre 29 (vinte e nove) e 56 (cinquenta e seis) anos. Todas eram formadas em Pedagogia, à exceção de 2 (duas) professoras formadas em Educação Física e uma outra que, além de Pedagoga, também era formada em Serviço Social.

### Instrumento

Utilizou-se um roteiro de entrevista com 10 (dez) questões, validado em fase preliminar. O roteiro focalizava 4 (quatro) principais aspectos: 1) o conceito de Educação Sexual, 2) a formação da professora, 3) a sexualidade do deficiente mental e 4) as atuações das professoras diante das manifestações sexuais.

### Procedimento de coleta a análise dos dados

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador, que se dirigiu às instituições, direcionado por uma lista de escolas públicas estaduais cedida pela DEA<sup>8</sup>. Todas as entrevistas foram gravadas em fita cassete com a permissão do entrevistado. Após a transcrição dos relatos, foram feitas análises quantitativas e qualitativas, que resultaram nas categorias de cada aspecto focalizado no questionário. As análises qualitativas basearam-se na técnica denominada Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1994). A extração dos conteúdos teve como critério a variabilidade das respostas nos discursos das professoras.

---

<sup>8</sup> Divisão de Educação de Aracaju.

## A concepção sobre a sexualidade do deficiente mental

A literatura que aborda a questão da sexualidade dos portadores de deficiência mental (LIPP, 1986; ASSUMPÇÃO e SPROVIERI, 1987; DALL'ALBA, 1992; GLAT e FREITAS, 1996; FREITAS, 1996; FRANÇA RIBEIRO, 2001; MAIA, 2001; DENARI, 2002) afirma que há um desconhecimento a respeito da sexualidade dos deficientes mentais, tanto por parte da família, como também por parte dos profissionais, sejam eles médicos, professores, psicólogos e pedagogos. Há, geralmente, uma visão patologizante da sexualidade dos portadores de necessidades especiais, principalmente os deficientes mentais.

Segundo Glat (1996), a postura de grande parte dos profissionais está baseada no modelo clínico que permeia a educação especial e diferencia qualitativamente o PNEE das outras pessoas de sua faixa etária e grupo social, baseando-se nas condições orgânicas intrínsecas que geram nele a anormalidade. “Partindo deste pressuposto, todas as suas atitudes ou comportamentos – incluindo a sexualidade – são considerados potencialmente anormais.” (GLAT, 1996, p. 13).

Quando perguntadas sobre como encaravam a sexualidade de seus alunos, 27,7% das professoras afirmaram considerá-la “Normal/Natural”. Todavia, olhando com maior cuidado o discurso dessas mesmas professoras que afirmaram conceber a sexualidade de seus alunos como normal/natural, observa-se que em outros momentos elas contradizem o que haviam falado anteriormente, como é possível notar na seguinte frase de S11- *Eu vejo que eles têm como uma coisa muito suja, violenta, eles não vêem a sexualidade como uma coisa normal, como uma coisa bem vista...*, ou ainda nesta afirmação de S20 de que *...a sexualidade na criança DM tende a aflorar mais cedo*. Essas constatações trazem à tona a dúvida que paira sobre a normalidade/naturalidade das manifestações sexuais dos deficientes mentais. Ape-

sar de afirmarem ver a sexualidade de seus alunos como sexualmente normal, essas professoras mostram-se confusas em relação a essa questão, trazendo consigo os resquícios da concepção patologizante que estigmatiza o comportamento do deficiente mental.

Outras 10 categorias computadas podem ser agrupadas em dois blocos. O primeiro consiste na concepção da sexualidade do DM como “Infantilizada”, onde as professoras caracterizaram o comportamento sexual de seus alunos como “Ingênuo/Inocente” (6,3%) e “Sem Curiosidade” (1,2%) e “Tardia” (1,2%). Aqui se vê traçado o perfil do deficiente mental como um ser assexuado, uma criança pura, um adolescente desprovido de desejos, alheio ao seu desenvolvimento físico e à descarga hormonal que seu corpo recebe, amadurecendo-o; fase que culmina na genitalização da libido.

O segundo bloco de categorias compreende a sexualidade do deficiente mental como “Exacerbada”. Nele encontram-se as seguintes categorias: “Aguçada” (11,3%), “Descontrolada” (10,1%), “Precocidade” (8,8%), “Sem limite” (5,0%), “Mais curiosos que o normal” (2,5%) e “Espudorados” (1,2%), o perfil da sexualidade do DM corresponde a de um sujeito desprovido de sentimentos, cujo único objetivo é a sua satisfação sexual imediata a qualquer custo. São os sujeitos espudorados, descontrolados, cujo desejo pelo sexo é despertado antes do seu surgimento “ideal” e esperado.

Os dois tópicos acima descritos corroboram as afirmações da literatura que trata da visão dos professores em relação à sexualidade desses alunos, classificando-a por vezes como descontrolada e sem limites, ou como ingênua ou inexistente. De acordo com Glat (1996, p.15), “este estereótipo do deficiente mental como sexualmente agressivo, ou então assexuado, é uma extensão da visão popular do deficiente como ‘um ser demoníaco’ ou como ‘uma eterna criança’, respectivamente.”

Ao analisar essa mesma questão, Pan (2003) afirma que, subjacente a essas duas concepções, encontra-se, implícita, a ques-

tão da inteligência do DM. Do ponto de vista daqueles que percebem a sexualidade do DM como “exacerbada”, a explicação estaria em sua precária inteligência, que não seria poderosa o bastante para exercer o controle devido sobre a sexualidade irrefreada e subumana. Da mesma forma, aqueles que vêem a sexualidade do DM como “infantil” percebem que a limitada inteligência desses sujeitos os torna mais amáveis e afetuosos. Todavia o pesquisador adverte que se realmente, em alguns aspectos, a inteligência é equiparável a de uma criança, não se pode inferir que “o portador de deficiência mental continua a ser para sempre, em toda a sua personalidade, aí incluída a sexualidade, uma criança.” (PAN, 2003, p. 52).

Outras categorias que fazem referência à sexualidade dos deficientes mentais foram encontradas: “inconseqüente” (5,0%), “sem afetividade” (2,5%), “oprimida/reprimida” (2,5%), “violenta” (1,2%), “não sabe lidar com a sexualidade” (1,2%) e “ansiosa” (1,2%). Somente 1,2% das entrevistadas afirmaram que a sexualidade do deficiente mental envolvia “afeto”. Trata-se de fato preocupante levando-se em conta o universo das 21 professoras entrevistadas.

### Conversando com alunos e pais sobre sexo

A partir dos dados colhidos foram categorizados 6 (seis) tipos de atuações das professoras frente à manifestação sexual de seus alunos: o estabelecimento de diálogo, a procura de orientação com outro profissional, a vigilância, a agressão verbal, a utilização de material didático/dinâmicas de grupo e o preenchimento do tempo do aluno com atividades. Dentre as intervenções, o diálogo foi citado em 68,5% das respostas. Este fato chamou a atenção do pesquisador que priorizou, para este artigo, o estabelecimento de uma análise sobre as ‘conversas’.

De acordo com as respostas das professoras, 48,5% afirmaram impor, através de diálogos, algum tipo de limite às manifestações afetivo-sexuais dos alunos. As limitações relacionaram-se a

quatro situações que apareceram nas experiências das professoras: quanto ao namoro dentro do espaço escolar, aos toques nas áreas genitais em público, às carícias (beijos e abraços) e à masturbação.

Impor limites a comportamentos afetivo-sexuais parece, a princípio, uma atitude moralista, todavia, dentro deste contexto, os discursos das professoras tomam outro sentido. Se há uma pretensão e um movimento da sociedade em incluir crianças e adolescentes portadores de deficiência mental num convívio mais abrangente em relação ao mundo que os cerca, isso só se dará a partir do momento em que esses sujeitos puderem partilhar dos mesmos códigos sociais que os não deficientes. É isto que as professoras tentam realizar em sala de aula.

A preocupação das professoras não é de apenas proibir. O fato de realizar um esclarecimento sobre o porquê destes procedimentos ao aluno é imprescindível para que ele entenda que a masturbação é um ato natural, que pode ser praticado, mas não em todos os ambientes, evitando, como afirma Lipp (1986), que as outras pessoas se sintam ofendidas, como também que o deficiente se torne o centro das atenções e curiosidades.

Preocupação demonstrada em 15,2% das respostas nas entrevistas colhidas, a prevenção contra DSTs/AIDS e a gravidez faz parte dos diálogos travados entre as professoras e seus alunos. Um ponto que chama a atenção é o fato de 12,1% dos diálogos fazerem ligação entre sexualidade e maturidade. “Trabalho”, “responsabilidade”, “dinheiro”, “ser alguém na vida” são termos utilizados por essas professoras, estabelecendo uma conexão entre o ingresso do sujeito no mundo adulto e o exercício da sexualidade, que se dá, segundo a professora S15, através da formação de uma família.

Nesse aspecto, algumas considerações devem feitas, especialmente no que diz respeito à vinculação da sexualidade à formação familiar. Trata-se de uma maneira limitada de se compreender o conceito de sexualidade, ligada apenas à questão biológica da pro-



criação e da manutenção da espécie. Deve-se levar em conta que a sexualidade está ligada à reciprocidade em dar e receber prazer, o que inclui inúmeras possibilidades de experiências.

Além disso, quando se associa sexualidade ao mundo adulto, incorre-se no erro de negar a existência de uma sexualidade infantil, que não é, necessariamente, imatura, tomando como base o conceito de maturidade proposto por Jersild (apud Bernardi, 1985, p.43): “A maturidade não é um ponto terminal ou um resultado final, mas uma qualidade ou característica, relativamente alcançável em cada idade (...) não é uma meta longínqua, mas uma realidade presente...” A criança e o adolescente, deficientes ou não, são maduros dentro de seus próprios limites.

Em relação ao contato estabelecido entre os pais e as professoras quando o assunto a tratar é sexualidade, 12,1% das respostas evidenciaram que as professoras tentam esclarecê-los acerca da naturalidade da sexualidade, incluindo a manifestação nos DM. Tentar modificar a compreensão dos pais no que diz respeito à sexualidade de seus filhos é um papel importante exercido por essas professoras. Como cúmplices do professor na tentativa de se realizar uma educação sexual, a necessidade da participação dos pais é inquestionável. A esse respeito, Nunes e Silva (2000, p.113) tecem a seguinte consideração:

Pais e educadores estão unidos pela mesma responsabilidade social de gerar, preparar, enquadrar e habilitar as novas gerações ao convívio e reprodução material e simbólica do grupo social a que pertencem. Nesta sua responsabilidade institucional é que radicam as formas de supostas alianças entre o saber transmitido pela família e aquelas informações e padrões de reforço exigidos pela escola em sua conformação com as finalidades mais complexas da construção social de comportamentos delimitados.

O tema abuso sexual foi fato levantado em 6,1% das respostas nos diálogos que as professoras travam com seus alunos. A este respeito Williams (2003, p. 146) revela que estatísticas norte-americanas apontam que os “indivíduos portadores de deficiência mental são vítimas de abuso em maiores proporções do que pessoas da população em geral.”, o que torna as colocações das professoras bastante pertinentes.

Constatou-se também, através das análises das respostas das professoras, que 3,0% delas proibiam seus alunos de manterem algum tipo de relação sexual, e outros 3,0% proibiam seus alunos de fazerem uso ou portarem preservativos. Mas até que ponto a proibição pode ser compreendida como uma maneira efetiva de intervenção frente às necessidades libidinais de crianças/adolescentes que estão descobrindo sua sexualidade? Será esta a melhor maneira de educar sexualmente um aluno? Fornecer informações concisas sobre a temática não seria mais eficiente?

## Conclusões

Dar voz às experiências de professoras é dar voz às práticas cotidianas em sala de aula. Falar sobre a educação sexual de portadores de deficiência mental é trabalhar com dois grandes tabus: a sexualidade humana e a deficiência. Este artigo procurou ouvir as experiências de professoras, suas realidades, suas visões acerca de fenômenos pouco discutidos e explorados, tanto na academia, quanto no dia-a-dia dos docentes.

Observou-se que, em uma parcela significativa das respostas das professoras (22,2%), não houve a conceituação de educação sexual, enquanto que foram observadas, em uma proporção semelhante de respostas, restrições à compreensão de que ela consiste em mero ensino da anatomia/fisiologia sexual, além de descrições de doenças sexualmente transmissíveis e de suas possíveis formas de prevenção.

Os dados evidenciam que há limitação no entendimento da sexualidade do deficiente mental. Este fato torna-se evidente na medida em que 38,9% das respostas das professoras indicaram uma ligação entre a sexualidade do deficiente mental e conceitos que traduzem sua sexualidade como exacerbada. Mesmo quando, nas respostas, as professoras tentavam expressar normalidade ou naturalidade na compreensão das manifestações sexuais dos alunos (27,7%), o discurso, ao longo de algumas entrevistas, denunciava as contradições existentes, revelando preconceitos.

Constatou-se que o diálogo é a principal forma das professoras lidarem com a sexualidade de seus alunos. Este dado indica uma tentativa das professoras de criarem na sala de aula um espaço de maior discussão e menor coerção. Esse investimento tornou-se mais claro quando as análises dos diálogos foram realizadas.

As intervenções através dos diálogos trouxeram a imposição de limites às manifestações afetivo-sexuais dos alunos como principal conteúdo das conversas retratadas. A moralidade, imposta através da proibição de determinados comportamentos, retratam a ausência, no repertório dos deficientes, da compreensão de simples regras sociais como toques nas áreas genitais e a masturbação em público, ou ainda, a violência como forma de conquistar beijos e abraços. Tendo-se a segregação a que o deficiente historicamente vem sendo submetido, como ponto de partida, não se pode visualizar as colocações das professoras apenas como um cerceamento da sexualidade, mas como tentativa de dividir com esses sujeitos os códigos sociais aos quais, possivelmente, em suas histórias de vida, não tiveram acesso.

Apesar de se sentirem confusas, as professoras aparentam ter bom senso em alguns momentos de suas mediações. Mérito, talvez, conseguido a partir da grande carga de informações sobre sexualidade que circula em nossa sociedade, ou ainda, da própria trajetória profissional e pessoal de cada uma. Este fato não torna menos

importante e necessária a formação adequada sobre Educação Sexual para o portador de deficiência mental. A inquietação, por vezes sentida nas vozes das professoras, as perguntas que sempre surgiam no momento em que o gravador era desligado após a entrevista retratam a urgência de um trabalho específico. A vontade de acertar na condução dos trabalhos realizados é significativa na falas das professoras. Contudo, portando somente o conhecimento do senso comum sobre o assunto, pouco elas podem realizar com algum grau de confiabilidade.

As práticas das professoras devem estar direcionadas à aceitação da diversidade de seus alunos, seja ela social, cognitiva ou até mesmo sexual. As inúmeras possibilidades na vida afetiva do deficiente mental devem ser sempre levantadas e trabalhadas. Questões como o namoro, o “ficar”, as relações sexuais, o casamento, a homossexualidade, a gravidez e a contracepção devem ser trabalhados não só com os alunos, mas também com os pais, já que estes devem participar ativamente das discussões. Percebe-se que uma formação contínua que desenvolva os conhecimentos e as competências necessárias ao andamento do trabalho de Educação Sexual é imprescindível para que tais objetivos sejam concretizados.

### Referências Bibliográficas

ASSUMPCÃO, F. B.; SPROVIERI, M. H. S. Sexualidade e deficiência mental. São Paulo: Editora Moraes, 1987, 83p.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977, 226p.

BERNARDI, M. A deseducação sexual. São Paulo: Summus, 1985, 144p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos

temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 436p.

DALL'ALBA, L. Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor. Dissertação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 1992.

DENARI, F. E. O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera. Tese de Doutorado em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 1997.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: Unesp-Marília-Publicações, v.8, n.1, p. 9-14, 2002.

FREITAS, M. R. Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais. Dissertação Mestrado em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

GLAT, R.; FREITAS, R. C. de. Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, vol. II)

GONDRA, J. G. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Tese de Doutorado em Educação. Vol. 1, São Paulo: USP, 2000.

RIBEIRO, H. C. de F. Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e os portadores de deficiência mental. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: Unesp-Marília-Publicações, v. 7, n. 2, 2001, p 11-27.

LIPP, M. N. Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não-dependente. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1986, 94p.

- MAIA, A. C. B. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, v. 7, n. 1, p. 35-46, 2001.
- MOREIRA, L. M. de A. Algumas abordagens na educação sexual de deficientes mentais. Salvador: EDUFBA, 1998.
- NUNES, C.; SILVA, E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem as sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000, 136p.
- PAN, J. R. A. Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental. São Paulo: Edições Loyola, 2003, 445p.
- WEREBE, M.J. A educação sexual na escola. Lisboa: Moraes, 1977.
- WILLIAMS, L. C. de A. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Unesp: Marília, v. 9, n. 2 , 2003, p. 141-154.